



Pobreza e qualidade de vida dos munícipes do bairro Agostinho Neto. Lubango

Yohandra Rad Camayd

E-mail: hacamay2017@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6366-9727>

Instituto Superior Politécnico Evangélico de Lubango. Lubango, Angola.

Cita sugerida (APA, séptima edición)

Rad-Camayd, Y. (2021). Pobreza e qualidade de vida dos munícipes do bairro Agostinho Neto. Lubango. *Revista Portal de la Ciencia*, 2(1), 93-108. DOI: <https://doi.org/10.51247/pdlc.v2i2.302>.

RESUMO

Este estudo descritivo foi desenvolvido com o objectivo de analisar a relação entre pobreza e qualidade de vida das famílias do bairro Dr. António Agostinho Neto no Lubango, Angola. Os métodos de pesquisa utilizados foram: revisão bibliográfica, observação dedutiva, científica e estatística; bem como técnica de entrevista em profundidade, dirigida a uma amostra de 100 famílias do bairro Agostinho Neto. Entre os principais resultados estão: 1) As famílias apresentadas são pobres e socialmente excluídas, menos em comportamento económico, social ou autodestrutivo. 2) A proporção de desempregados atinge níveis elevados. 3) A qualidade do pai de vida é baixa; Passam por diversas dificuldades: económicas, falta de água encanada, energia eléctrica, saneamento básico, etc. 4) Os resultados confirmam que a qualidade de vida dessas famílias é determinada pela pobreza.

Palavras-chave: pobreza, qualidade de vida, exclusão social, desigualdade social

Poverty and quality of life of the citizens of the Agostinho Neto neighborhood. Lubango

ABSTRACT

This descriptive study was developed with the aim of analyzing the relationship between poverty and the quality of life of families in the Dr. Antonio Agostinho Neto neighborhood in Lubango, Angola. The research methods were used: bibliographic review, deductive, scientific and statistical observation; as well as the in-depth interview technique, aimed at a sample of 100 families from the Agostinho Neto neighborhood. Among the main results are: 1) The families in the sample are poor and socially excluded, at least in an economic, social or self-destructive behavior dimension. 2) The proportion of unemployed people reaches high levels. 3) The quality of the standard of living is low; They experience various

difficulties: economic, lack of piped water, electricity, basic sanitation, etc. 4) The results confirm that the quality of life of these families is determined by poverty.

Keyword: quality of life, social exclusion, social inequality

Pobreza y calidad de vida de los ciudadanos del Bairro Agostinho Neto. Lubango

RESUMEN

El presente estudio descriptivo fue desarrollado con el objetivo de analizar la relación entre la pobreza y la calidad de vida de las familias del barrio Dr. Antonio Agostinho Neto en Lubango, Angola. Se utilizaron los métodos de investigación: revisión bibliográfica, deductivo, observación científica y estadístico; así como la técnica de entrevista en profundidad, dirigida a una muestra de 100 familias del barrio Agostinho Neto. Entre los principales resultados se encuentran: 1) Las familias de la muestra son pobres y socialmente excluidas, al menos en una dimensión económica, social o por conductas autodestructivas. 2) La proporción de personas desempleadas alcanza niveles elevados. 3) La calidad del nivel de vida es baja; experimentan diversas dificultades: económicas, falta de agua entubada, energía eléctrica, saneamiento básico, etc. 4) Los resultados confirman que la calidad de vida de estas familias está determinada por la pobreza.

Palabras clave: pobreza, calidad de vida, exclusión social, desigualdad social

INTRODUÇÃO

A pobreza refere-se a uma situação de privação do bem-estar de um indivíduo, família ou comunidade; Manifesta-se através do acesso limitado aos serviços de saúde, habitação inadequada, desnutrição, carência de determinados bens e serviços, entre outros aspectos (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2011). O conceito de qualidade de vida, por sua vez, é entendido como o nível de renda e conforto que uma pessoa, um grupo familiar ou uma comunidade possui em um determinado tempo e espaço.

Particularizando a pobreza em Angola, é um flagelo associado ao desemprego, à exclusão social, ao insucesso escolar e à destruição do núcleo familiar, manifestações que acabam por ser produto da ruptura dos laços sociais fundamentais (Da Rocha, 2004).

A relação entre exclusão social e pobreza, apesar de termos amplamente utilizados no nosso quotidiano, como termos sinónimos, são na verdade palavras diferentes. São dois problemas sociais, cada um com sua dimensão. Segundo De Carvalho (2008), o conceito de exclusão social engloba a pobreza; mas o contrário não é verdade, pois todos os pobres são socialmente excluídos, mas nem todos os socialmente excluídos são necessariamente pobres. A pobreza é a dimensão material de um fenómeno mais visto como exclusão social.

Segundo o Balanço Social de Angola, um dos grandes problemas da maioria das famílias angolanas é a pobreza. As mulheres e as crianças são as que mais sofrem os seus efeitos, uma vez que grande parte das famílias angolanas são chefiadas por mulheres (23%), embora as mulheres continuem a ser discriminadas, sobretudo no que diz respeito à transmissão de bens familiares devido à morte do cônjuge (Universidade Católica de Angola. UCAN, 2011).

Os indicadores de pobreza em Angola mantêm-se em níveis elevados, segundo o mais recente Inquérito Integrado ao bem-estar da população; a incidência da pobreza é de 36,6%, distribuída de forma desigual entre a cidade, onde 18,7% da população vive abaixo da linha de pobreza familiar, e o campo, onde esse indicador é de 58,3%. Entre os factores gerados pela pobreza, destacam-se os deslocamentos populacionais, principalmente durante a guerra, e a alta taxa de desemprego urbano, principalmente entre mulheres e jovens (INE, 2011).

Os níveis de escolaridade são baixos, o acesso à educação apresenta sérias dificuldades devido à falta de recursos económicos e à oferta limitada de serviços educacionais (MINPLAN, 2005).

A situação da saúde em Angola mostra níveis graves de desigualdade. Para se ter um panorama actual da saúde no país, é importante conhecer seu quadro epidemiológico. Entre as doenças responsáveis pela maioria das mortes, destacam-se a malária, as doenças respiratórias e a diarreia aguda, que responderam por 91% de todas as doenças notificadas em 2009. Entre as principais causas de morbimortalidade estão as doenças derivadas do consumo de água de fontes inadequadas, que pode ser prevenida com normas básicas de higiene (UCAN, 2011).

De Oliveira (2012) defende que a análise desta questão deve partir da situação económica, social e cultural que a sociedade tem sofrido nos últimos anos. O mesmo autor explica que a guerra civil que assolou o país durante quase três décadas, juntamente com a adopção de políticas macroeconómicas inadequadas, a implementação de programas de ajustamento estrutural, má governação e endividamento externo, levaram o país a deteriorar-se. a população em geral e um aumento galopante da pobreza extrema (Zambrano et al., 2017).

Todo esse processo causou uma desordem social no país, aumentando o nível de risco social; levando as pessoas a se guiarem pelo imediatismo, pela tensão estabelecida e pela ambição reinante diante da nova realidade de autonomia sociopolítica. Esse mesmo processo foi ainda mais acentuado pela transição político-económica; no período pós-independência, e até 1991, o país adoptou o sistema de liberalização da economia, sob um estado de bem-estar comunista, o que levou ao desenvolvimento de um poder económico centralizado essencialmente na classe dominante, carente de incentivos ao investimento na sector privado.

Com um investimento deficiente em educação, o progresso social também se torna deficiente, dificultando o próprio processo de desenvolvimento, levando as pessoas a um conhecimento distorcido da realidade social, ignorando significativamente, de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, seus direitos e deveres como cidadão de uma Estado democrático.

Este fenómeno em Angola contrasta com o potencial em recursos naturais e riqueza mineral que possui. É o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana e o quarto maior produtor de diamantes do mundo. Além dos recursos minerais, Angola tem boa pluviosidade, terras aráveis, água, florestas, pesca costeira e interior, e uma rara riqueza de fauna e flora (MINPLAN, 2005).

Neste contexto, desenvolve-se o presente trabalho, que visa analisar a relação entre a pobreza e a qualidade de vida das famílias do bairro Dr. António Agostinho Neto no Lubango, Angola.

REVISÃO DA LITERATURA

O estudo do estado da arte abordou os seguintes aspectos: conceito de pobreza, causas e consequências da pobreza em Angola, factores causadores da pobreza, exclusão social e pobreza, qualidade de vida e diferenças sociais.

conceito de pobreza

Os debates em torno do conceito de pobreza deram origem, ao longo dos anos, a definições que se enquadram em diferentes dimensões, onde "morrer de fome é claramente o aspecto mais significativo da pobreza" (Sen, 1999, p. 27).

Segundo Pereirinha, a pobreza pode ser analisada como uma situação de escassez de recursos que um indivíduo ou uma família possui para satisfazer necessidades consideradas básicas (Rodrigues et al., 2017); critério compartilhado por Da Costa et al. (2007), que defendem que a pobreza é uma situação de privação resultante da falta de recursos. Essa falta de recursos não permite que as famílias tenham alimentação, saúde e educação; além de desfrutar de uma vida confortável (De Carvalho, 2008). Então, a pobreza refere-se a uma situação de privação de certos bens e serviços (INE, 2011).

O Relatório do Desenvolvimento Humano define a pobreza como uma condição caracterizada pela privação das necessidades básicas em termos de alimentação, água, saneamento, habitação e a falta de meios e oportunidades para satisfazer essas necessidades básicas (PNUD, 1999). Segundo Capucha (2005), não há consenso sobre a questão da pobreza, há quem considere pobre quando não atinge certos níveis que lhe permitem sobreviver, em termos biológicos, outros consideram quando o faz. não têm um padrão de vida considerado aceitável.

Para De Carvalho (2008), o conceito de pobreza absoluta tem suas raízes na ideia de subsistência às condições básicas que permitem uma existência física saudável; Nesse caso, as pessoas carecem de requisitos básicos para a subsistência humana, tais como: alimentação, moradia e vestuário suficientes.

O conceito de pobreza é universalmente aplicável, existem padrões de subsistência humana que são mais ou menos os mesmos para pessoas de idade e constituição física equivalentes, independentemente de sua localização geográfica (Rad Camayd & Namuele Guli, 2021). Pode-se dizer que qualquer pessoa está vivendo na pobreza se estiver abaixo do padrão universal.

O Programa Seligson (1999) analisa a questão da pobreza na perspectiva do Desenvolvimento Humano. Ou seja, a pobreza como negação de opções e oportunidades para viver uma vida longa e aceitável. Nessa perspectiva, o foco não está nas necessidades básicas do indivíduo, mas em uma situação em que o indivíduo, já satisfeito com suas necessidades básicas, busca ascender a outros fóruns da esfera social para se sentir plenamente realizado, de acordo com outras dimensões da constituição do ser humano, seguindo a lógica de baixo para cima, conforme tipificação da pirâmide de Maslow (figura 1).

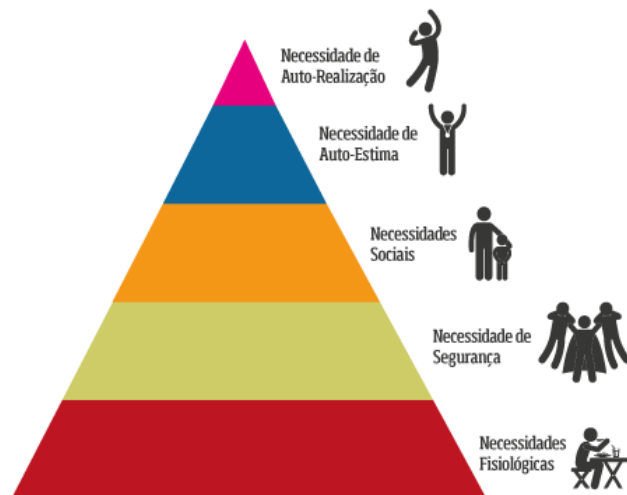


Figura 1. Pirâmide de Maslow
Fonte: Seligson (1999)

No entanto, embora a pobreza consista substancialmente na falta de algo indispensável à sobrevivência do indivíduo, é necessário contextualizar a situação de pobreza em que as pessoas estão inseridas ou se encontram, justamente porque, dependendo do local ou da realidade das pessoas pode estar em situação de pobreza "extrema" ou "relativa".

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague em 1995, segundo os critérios de García (1995), a pobreza extrema foi definida como uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo saúde, alimentação, moradia, educação e informação. Esse tipo de pobreza é característico de países em desenvolvimento, se podemos chamar assim, países que geralmente se encontram na África, Ásia e América Latina, onde a situação de pobreza é uma realidade, nessas regiões há casos de pessoas lutando para sobreviver, passam por situações em que o foco é saciar o estômago e orar a Deus pela saúde, na ausência de assistência devido à exclusão a que estão submetidos perante o sistema "cada um por si", pois o que ocasionalmente dá aos indivíduos é mais miséria do que qualquer outra coisa.

Por outro lado, diz-se que aqueles cujo nível de renda familiar está abaixo de uma certa proporção da renda média nacional vivem em pobreza "relativa". De Oliveira (2012) refere que este tipo de pobreza é característico dos países desenvolvidos, onde algumas pessoas não têm acesso a bens culturais, entretenimento, saúde e educação de qualidade. No entanto, vários especialistas preferem utilizar o conceito de pobreza "relativa", em relação à diversidade de contextos socioculturais; portanto, a forma como um indivíduo rural concebe a ideia de pobreza não é a mesma de um indivíduo com hábitos e costumes tipicamente urbanos. O indivíduo rural, é claro, definirá a pobreza de acordo com seu padrão de vida e a consciência colectiva de sua região em relação aos indicadores que considera primários ou secundários; Assim também será com o indivíduo na área urbana, dependendo, neste caso, do nível de escolaridade, do padrão estrutural ou dos indicadores determinantes da estratificação social, da linha estabelecida pelo actual governo e de outros factores que determinam a condição. património e renda dos respectivos indivíduos.

Para medir os níveis de pobreza de um país, as Nações Unidas introduziram o Índice de Pobreza Humana (HPI) que possui três dimensões: 1) longevidade; 2) conhecimento e 3) padrão de vida decente, e dois níveis (HPI 1, usado para medir a pobreza em países em desenvolvimento e HPI 2, usado para medir a pobreza em países industrializados ou desenvolvidos).

Causas e consequências da pobreza em Angola

Causas da pobreza

Do ponto de vista socioeconómico, Óscar Lewis citado por Mbaya et al. (2000) destaca a falta de recursos económicos como a principal causa da pobreza. Parafraseando Mbaya et al. (2000 p.15), a pobreza está associada às seguintes causas: 1) medidas económicas inadequadas, 2) falta de investimento (especialmente investimento estrangeiro), 3) ineficácia do sector agrícola, 4) falta de cooperação entre os diferentes países, 5) instabilidade política e 6) conflitos internos e externos. A combinação desses factores com altas taxas demográficas fazem da África Subsaariana o continente com o maior número de pessoas vivendo na pobreza. O flagelo da AIDS tornou a vida ainda mais difícil para os africanos, dizimando milhares em todo o continente.

Sobre a questão da permanência ou aumento da pobreza e exclusão social no século XXI, mesmo diante de tanta ciência e tantos estudos em relação às estratégias para combatê-la, Amaro et al. (2003) sustenta que isso se deve a três factores:

1. Factores macro (globais), relacionados às configurações económicas ao redor do mundo, modelos económicos, planos de desenvolvimento e globalização económica.
2. Factores meso (locais ou sectoriais), referentes a políticas regionais ou locais; discriminação contra imigrantes, toxicodependentes, pessoas com doenças crónicas, etc. e existência de culturas locais fechadas.
3. Factores micro (pessoais e familiares), com destaque para o tamanho e situação da família, acesso aos serviços básicos de saúde e educação, bem como a situação dos idosos, entre outros.

Ao não atentar para esses factores descentralizados e interdependentes, fica difícil resolver ou pelo menos mitigar a questão das desigualdades, pois o modelo de desenvolvimento actualmente recomendado é de baixo para cima, baseado no conhecimento específico da realidade de cada região, no sensação de poder aplicar estratégias de forma eficaz para resolver determinados problemas; ou seja, as estratégias traçadas devem respeitar a realidade específica de cada sector.

Além disso, em muitos países africanos existe uma situação que De Sousa Santos (1992, p. 225) chamou de "Estado Paralelo", ou seja:

há um Estado que, de acordo com a Constituição, se compromete a cumprir a lei, por outro lado, esse mesmo Estado tolera ou incentiva o descumprimento da lei. Esse paralelismo pode assumir as seguintes características: 1) o Estado tolera a violação das leis, não accionando as instituições encarregadas de reprimi-la, ou não dotando-as de recursos humanos e económicos para isso; 2) não aplica ou aplica selectivamente a lei nos casos em que tal aplicação seja principalmente da responsabilidade dos aparelhos do Estado; 3) regulamenta parcialmente a lei para impedir sua aplicação; 4) promove formas ilegais de privatização de recursos estatais; e 5) desvaloriza ou não dá a devida atenção aos direitos sociais, à constituição política e ao ordenamento jurídico como um todo.

Essa situação de "estado paralelo" consolida a questão da impunidade em face dos crimes de peculato de agentes com funções públicas; Estas posições são cruciais para resolver os problemas mais prementes da sociedade, facilitando assim a gestão dos assuntos públicos, de forma a abordar os problemas reais das comunidades ou territórios a que foram confiados.

Consequências da pobreza

O estudioso Óscar Lewis citado por Mbaya et al. (2000), sobre a necessidade de conhecer a razão da pobreza e suas causas e consequências, destacaram duas perspectivas

explicativas: 1) cultura lista, baseada no conceito de cultura da pobreza, e 2) socioeconómica, que enfatiza a falta de recursos naturais como a principal causa da pobreza. Segundo o mesmo autor, há uma série de características que enfatizam a cultura da pobreza, que ele estruturou em três categorias:

1. Características econômicas: desemprego, subemprego, baixos salários, trabalho infantil, enfim, a luta pela sobrevivência.
2. Características sociais: residência em bairros degradados e superlotados, espírito gregário, iniciação sexual precoce e solidariedade familiar muito forte.
3. Características psicológicas: alto índice de alcoolismo, recurso à violência física não só na resolução de conflitos, mas também na educação dos filhos e abandono precoce do lar por mães e filhos.

A combinação dessas características é consequência da pobreza; consequência de uma vida de carência, mal-estar, neurose, deficiência e frustração constante, agravada, muitas vezes inconscientemente, pelo círculo vicioso ou reprodução da própria situação de pobreza.

O autor também inclui outras características que têm a ver com a orientação no presente e uma fraca capacidade de aproveitar ou planejar o futuro. Ou seja, as famílias pobres costumam ter o hábito de dissuadir seus membros de planos ambiciosos de mobilidade social, pensando imediatamente em sua condição actual. Por outro lado, dada a baixa qualificação profissional, é difícil para eles encontrarem inserção em empregos bem remunerados, o que os faz desenvolver diferentes estratégias para aumentar seus orçamentos.

Além disso, destacam-se as dificuldades que as famílias têm em conseguir enviar seus filhos à escola, bem como no acesso a cuidados de saúde de qualidade, levando à manutenção das condições de pobreza para a próxima geração; assim se estabelece uma espécie de reprodução social da pobreza. O que, consequentemente, perpetua a situação de pobreza, fazendo com que a próxima geração herde as dificuldades da geração anterior. Isso não significa, porém, que a nova geração não tenha capacidade de ascender a outros níveis sociais, mas sim que é mais difícil para ela em relação a outros indivíduos que estão acima da linha de pobreza.

Outras consequências podem ser vistas em pessoas que acabam emigrando para outras regiões ou países que lhes permitem a priori usufruir de uma renda favorável; mas mesmo assim, temos testemunhos de que em geral continuam a aceder a empregos precários, como empregados de construção, limpeza ou balcão, empregados domésticos, etc.

A pobreza, por sua natureza de privação, muitas vezes leva à delinquência, à prostituição, ao aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas e, em outros casos, ao aumento da violência.

Esses indicadores, decorrentes da pobreza, seguem a lógica já discutida dos factores causais apresentada por Sen (1999), quando afirma que uma pessoa morre de fome porque não tem ou não usa a capacidade de ter alimentos suficientes.

A pobreza, entre outras formas, pode causar diversos transtornos aos indivíduos, leva as pessoas a optarem por alternativas fatais de sobrevivência, a se alienarem com bastante facilidade, a se corromperem, a perderem a dignidade, a sacrificarem outras pessoas para se apropriarem do pouco que têm. Há casos de pessoas que tiraram a própria vida, por acharem que chegaram ao limite de tanta humilhação social. A pobreza leva as pessoas a verem o dinheiro como um fim e não como um meio para um propósito mais nobre ou sustentável.

Factores de pobreza

A África tem sido o continente mais atingido pela pobreza; Guest (2005, p.15) afirma que é o continente mais pobre do planeta, apesar de toda a riqueza que possui. Em relação a Angola, o cenário não é muito diferente do que caracteriza os restantes países do continente africano. A guerra civil que assolou o país por quase três décadas, juntamente com a adopção de políticas macroeconómicas inadequadas, a implementação de programas de ajuste estrutural, má governança e endividamento externo, levaram o país a uma deterioração das condições de vida da população. geral e o aumento desenfreado da pobreza extrema. A pobreza em Angola resulta essencialmente da combinação de vários factores, nomeadamente políticos, demográficos e socioeconómicos, bem como: guerra, desemprego, replicação da pobreza e elevadas taxas de natalidade.

Guerra

A guerra civil, além de destruir as infra-estruturas de transporte, educação e saúde, também deslocou uma parte significativa dos recursos humanos para actividades não produtivas. A guerra provocou a ruptura do tecido social, através da distribuição de valores morais e éticos tradicionais baseados na confiança e solidariedade da comunidade, e deu origem ao fenómeno da exclusão e destruição social. Com a celebração da paz, o governo concentrou seus esforços na extensão da soberania do Estado em todo o território nacional (MINPLAN, 2005).

Desemprego

De acordo com De Sousa (1998), a fraca situação económica aumentou o desafio laboral que o país enfrenta. Como resultado, o sector informal tornou-se uma importante fonte de emprego, com apenas 12% da população economicamente activa (15-60 anos) formalmente empregada. O sector informal é responsável pelo sustento da maioria da população do país.

Por causa da pobreza, o país perde anualmente 400 milhões de dólares por desemprego e praticamente 230 milhões por queda de produtividade, ou seja, 630 milhões de dólares, 10% do produto interno bruto. Razões mais do que suficientes para considerar este fenómeno como um elemento da estratégia nacional de desenvolvimento (Da Rocha, 2004).

Reprodução da pobreza

As famílias com poucos membros instruídos são geralmente as mais pobres. Eles são incapazes de obter um emprego bem remunerado. Há, portanto, a reprodução da pobreza para as gerações subsequentes, de modo que a persistência e a transferibilidade costumam ser uma das principais características da pobreza. Quando o chefe da família tem pouca escolaridade, a tendência é que os filhos sigam os passos dos pais. Algumas das causas estruturais da transmissão da pobreza são o desemprego e os baixos níveis de renda familiar (Vega & García, 2005).

De acordo com a abordagem de Merton (1990, pp. 209-2010):

“Os pais servem como uma carreira para transmitir os valores e objectivos dos grupos aos quais pertencem, principalmente os de sua classe social ou a classe com a qual se identificam. E a escola é, evidentemente, o órgão oficial de transmissão dos valores vigentes, implícita, ou mesmo explicitamente, afirmando que a educação leva à inteligência e, conseqüentemente, ao sucesso no emprego e no dinheiro.

Alta taxa de natalidade

A alta taxa de natalidade é uma das causas do empobrecimento de muitas famílias. O governo dentro de suas políticas deve criar formas de controlar o crescimento populacional ou, conforme expresso na Pesquisa de Bem-Estar Populacional, realizada em 2008-2009, a alta taxa de crescimento populacional deve ser acompanhada pelo crescimento simultâneo

da população. , particularmente no que diz respeito à educação, saúde, água potável, saneamento adequado, oportunidades de emprego e apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas para a vida local (INE, 2011).

Exclusão social e pobreza

O termo exclusão social faz parte da tradição francesa de analisar pessoas e grupos sociais desfavorecidos; foi inicialmente utilizado com o objetivo de referir-se ao distanciamento da rede de relações a que estão sujeitos os indivíduos e grupos sociais (Carloto, 2005).

A exclusão social pode ser considerada como a fase extrema do processo de marginalização, entendida como um caminho descendente ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas do indivíduo com a sociedade (Da Costa, 2007). Da mesma forma, Garry Roger citado por De Carvalho (2008), considera que a exclusão social está associada à ideia de acesso insuficiente a bens e serviços, insegurança, injustiça e cidadania. Este mesmo autor elenca vários níveis de exclusão, a saber:

desemprego de longa duração (exclusão do mercado de trabalho), emprego precário (exclusão do trabalho regular), falta de acesso a trabalho bem remunerado (exclusão no quadro laboral), falta de habitação digna e serviços comunitários essenciais, impossibilidade de garantir sobrevivência, a falta de acesso à segurança e a exclusão dos direitos humanos (De Carvalho, 2008, p.37).

De acordo com a definição de exclusão social em Angola, todos os pobres estão nesta situação; mesmo que uma pessoa pobre não seja socialmente excluída em uma dimensão, ela enfrenta barreiras e é excluída da dimensão económica, resultando em pouco acesso aos bens socialmente desejados. Segundo De Carvalho (2008), a maioria dos angolanos não tem acesso aos direitos sociais de cidadania (baixo acesso à educação formal, saúde, moradia digna e saneamento adequado).

Para trazer os pobres e excluídos à condição de cidadãos, "não basta a quantidade de recursos aplicados na área social, mas a quantidade de programas e políticas sociais, ou seja, seu conteúdo de educação para a cidadania" (Camarotti & Spink , 2000, p.33).

Qualidade de vida

Embora existam inúmeras definições, não existe uma definição amplamente aceita de qualidade de vida; no entanto, fica cada vez mais claro que não inclui apenas factores relacionados à saúde física e mental, mas também outros elementos importantes da vida das pessoas, como trabalho, família, amigos, etc. (Gil & Feinstein, 1994).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das formas mais tradicionais de avaliar a qualidade em grandes populações. Segundo o Banco Mundial (1992) pretende ser um indicador sintético de qualidade de vida e baseia-se na noção de capacidades, ou seja, numa leitura ampliada do conceito de desenvolvimento humano em que, por exemplo, saúde e educação são dimensões importantes para ampliar as capacidades dos indivíduos.

A "qualidade de vida em Angola é muito baixa" (Carloto, 2005, p.4). De acordo com o Population Welfare Survey (IBP), existe um desequilíbrio na qualidade de vida dos cidadãos; os 20% mais ricos arrecadam 59% da renda e realizam 49% das despesas. Já os 20% mais pobres arrecadam apenas 3% da renda e realizam 5% das despesas, ou seja, o valor das despesas é maior que o valor da renda (INE, 2010).

De acordo com os dados dos relatórios de desenvolvimento humano, Angola apresenta um baixo nível de desenvolvimento humano. Para o ano de 2009, Angola apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,564, ficando em 143º, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD como "médio". No entanto, esses valores mudaram significativamente em 2010, caindo para 0,403 e ocupando a 146ª posição entre

169 países do mundo. Em 2011, o IDH de Angola voltou a cair para o 148º lugar com um IDH de 0,486 (PNUD, 2010).

Diferenças sociais

A vida econômica foi caracterizada por fases distintas e sequenciais; A sua evolução baseia-se na psicologia humana em busca, por um lado, do bem-estar e, por outro, na obtenção desse bem-estar com o menor esforço possível, o que deu origem ao sistema de escambo, fundamento da divisão social. trabalhar A busca crescente por um leque maior e mais diversificado de benefícios para satisfazer necessidades cada vez maiores está na origem da evolução das desigualdades sociais (Abreu, 2012).

Angola é um país de contrastes, onde existem duas realidades, o que ilustra qual é o grande paradoxo da desigualdade social ou a forma mais poderosa entre a riqueza dos recursos e o bem-estar social (enquanto uns têm tudo, outros não têm nada).

Angola é o terceiro país que mais cresceu entre 2000 e 2011. Em 2012, superou a taxa de crescimento da China. Na última década, cresceu a uma taxa média de 7% e a renda média mais que dobrou; o efeito foi praticamente nulo na forma como a maioria da população continua a viver. Como a elite angolana usa as receitas do petróleo para comprar activos no exterior, as crianças passam fome. Só Luanda tem reservas de petróleo suficientes para manter os actuais níveis de produção pelos próximos 21 anos, rendendo anualmente entre 60 e 70 mil milhões em receitas de exportação; mas cerca de metade de seus 10 milhões de habitantes ainda vive com menos de US\$ 1,25 por dia (Catry et al., 2013).

Camazingo é uma zona pobre, que faz parte do bairro Agostinho Neto, município do Lubango, província da Huíla, tem 2020 famílias, faz fronteira a Norte com a Zona 1 (Distrito Comercial), a Sul com a Zona 6 (Distrito Comandante Nzagi), a a leste pelo Bairro Lucrécia e a oeste pela Zona 2 (Bairro Calumbiro). É privado de energia eléctrica de qualidade da ENDE (Companhia Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica), água encanada, rede de esgoto, linhas de acesso e urbanização. Ou seja, a área não possui as condições sociais mínimas para ter uma qualidade de vida aceitável. Os seus habitantes vivem com a esperança de que o executivo cumpra as suas obrigações consagradas na Constituição da República de Angola, no artigo 21.º, relativas às atribuições fundamentais do Estado, que nos seus incisos:

- c) Criar gradualmente as condições necessárias à efetivação dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos.
- d) Promover o bem-estar, a solidariedade social e elevar a qualidade de vida do povo angolano, ou seja, dos grupos populacionais mais desfavorecidos.
- e) Promover a erradicação da pobreza (Acosta, 2010).

METODOLOGIA

Para cumprir o objetivo proposto, foi realizada uma investigação descritiva com abordagem mista, baseada nos métodos de revisão bibliográfica, observação dedutiva, científica e estatística; bem como na utilização da técnica de entrevista em profundidade dirigida aos moradores do bairro Agostinho Neto.

Método de revisão bibliográfica; É o método que consiste em compilar histórias a partir de bibliografias, autobiografias e outras fontes de informação semelhantes. É o método que torna enorme a riqueza do tipo de informação colectada.

Método dedutivo; É o método que parte de uma abordagem mais geral para uma mais particular.

Pobreza e qualidade de vida dos municípios do bairro Agostinho Neto. Lubango

método de observação científica; É o método que implica o uso dos sentidos na obtenção de dados que nos fornecem elementos para nossa investigação.

Método estatístico; facilitou o tratamento e a análise dos dados obtidos por meio da entrevista em profundidade. As informações obtidas foram codificadas e posteriormente quantificadas e resumidas por meio de frequências absolutas e relativas, que foram apresentadas em tabelas estatísticas.

População e amostra

A população é composta pelas 2.020 famílias da Zona de Camazingo, delimitada a norte pela Zona 1 (Distrito Comercial), a sul pela Zona 6 (Distrito do Comandante Nzagi), a leste pelo Bairro Lucrecia e a oeste pelo Zona 2 (bairro Calumbiro). A amostra foi composta por 100 famílias pobres, seleccionadas por amostragem aleatória simples.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados de diagnóstico de amostra

Quanto à instrução académica, vai do analfabetismo ao ensino médio; informações colectadas na tabela 1 a seguir. Foram entrevistados dois homens e oito mulheres, todos maiores de idade e responsáveis pelo cuidado de suas famílias.

Tabela1. Idade e nível de estudos da amostra

Grupo de idade	Analfabeto	4to a 6ta Classe	7mo a 9na classe	Bachelard	Total
20-29	0	10	20	20	50
30-39	10	10	10	0	30
40-49	10	10	0	0	20
50+	0	0	0	0	0
Total	20	30	30	20	100

Fonte: Entrevista

É significativo que 50% dos entrevistados sejam jovens entre 20 e 29 anos, todos mulheres, responsáveis pelo cuidado da família; deles apenas um com ensino fundamental.

Tabela 2. Estado Civil da amostra

Estado civil	Homem	%	Mulher	%	Total	%
Solteiro(a)	0	0	40	40	40	40
Casado(a)	10	10	30	30	40	40
Divorciado(a)	10	10	10	10	20	20
Viúvo(a)	0	0	0	0	0	0
Total	20	20	80	80	100	100

Fonte: Entrevista

Os dados da Tabela 2 revelam que 50% das mulheres são mães solteiras responsáveis por suas famílias, o que representa 40% da amostra.

Resultado do impacto da pobreza nas famílias

Na entrevista com os chefes de família, observou-se que embora alguns deles não admitam ser pobres, sempre deixam escapar uma reclamação sobre alimentação, emprego, salário, saúde, educação, vestuário e moradia digna.

A maioria dos moradores desta área está na pobreza, cada um tenta sobreviver o melhor que pode; a maioria das famílias, principalmente os jovens, encontra-se sem trabalho

digno, poucos estudam e, portanto, muitos adoptam comportamentos como: delinquência, prostituição, alcoolismo e uso de drogas ou entorpecentes.

Através da observação científica directa no terreno, verifica-se que em cada esquina existem casas onde se vendem fermentados caseiros (macau, kimbombu, canhome, etc.), existe uma cantina ou uma autocaravana. Alguns vizinhos são vendedores ambulantes. Todas essas práticas são utilizadas pelas famílias como forma de minimizar as necessidades familiares. Os resultados desta constatação vão ao encontro da investigação de De Sousa Santos (1998), segundo a qual a fraca conjuntura económica aumentou o desafio laboral do país. Como resultado, o sector informal tornou-se uma importante fonte de emprego e responsável pelo sustento da maioria da população (Ramón et al., 2017).

Um aspecto a destacar é que as famílias entrevistadas não dependem directamente de auxílios estatais; vivem na base da solidariedade proporcionada por parentes, vizinhos ou amigos. 98% dos entrevistados apontaram a família e os vizinhos como os principais atores na prestação de ajuda.

Segundo Da Costa (2007), esse processo de marginalização governamental tem sido responsável pela exclusão social e pelo ressurgimento da extrema pobreza no país.

Resultado das condições de vida das famílias

Quanto às condições de vida, 50% dos entrevistados dizem ter casa própria; enquanto os outros 50% dizem morar em casas alugadas, na casa dos pais e ainda há quem diga morar em casa abandonada por falta de recursos financeiros para alugar ou construir a própria casa.

Em relação ao número de filhos, os dados variam entre um (1) e nove (9) indivíduos por domicílio. Isso porque, além dos filhos, na maioria dos casos há outros parentes morando em casa com pouco espaço e sem privacidade (como irmãos, sobrinhos, tios, primos etc.), todos sob a responsabilidade do chefe do família que, em alguns casos, é uma mulher desempregada ou tem apenas um emprego mal remunerado ou um pequeno negócio. Esta abordagem é consistente com as estatísticas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística, onde se defende que a elevada taxa de natalidade pode ser uma das causas do empobrecimento de muitas famílias (INE, 2011).

Em relação à actividade profissional, 99% dos entrevistados não têm profissão, não trabalham e sobrevivem apenas de empregos temporários ou de um negócio não lucrativo; que pode complicar e de fato complicou o gozo de uma vida economicamente estável e o acesso às condições sociais básicas; que pode se tornar um meio de reprodução da pobreza.

A falta de emprego e profissão tem sido a principal responsável pela reprodução da pobreza no país (Vega & García, 2005).

Resultados sobre o acesso a serviços sociais básicos

Ao indagar aos entrevistados sobre o acesso à água encanada e energia eléctrica, apurou-se que das 100 famílias, apenas 10% afirmaram ter acesso a ambos os serviços, 40% somente à energia eléctrica, enquanto os outros 50% afirmaram não ter nenhum desses serviços básicos.

É paradoxal que num país rico em recursos hídricos, sobretudo na região de estudo, a população da Huíla seja obrigada a comprar rotineiramente uma bacia ou balde de 20 litros a 40 ou 50 kwanzas. Há quem mantenha a água em cisternas, e este é um processo anti-higiénico e pode ser a causa do aparecimento de várias doenças como a diarreia aguda que, segundo estudos da Universidade Católica de Angola, representa 91% do total reportado. doenças. em 2009 (UCAN, 2011). Por outro lado, a falta de água para a população aumenta

consideravelmente os gastos dessas famílias carentes e mesmo daquelas consideradas economicamente estáveis.

Em relação ao acesso à informação veiculada pela mídia, 75% dos entrevistados confessaram ter dificuldades de acesso à informação. Hoje se fala muito em desenvolvimento económico e diversificação da economia, mas pouco se fala em desenvolvimento do próprio cidadão e da sociedade. Com os depoimentos de alguns dos entrevistados, concluímos que o acesso precário aos serviços de informação da mídia contribui para o baixo padrão de vida.

Além disso, averiguou-se se o seu padrão de vida dificultava a permanência dos filhos na escola. Praticamente 98% dos que têm filho em idade escolar foram unânimes em afirmar que enfrentam muitas dificuldades para manter seus filhos na escola devido às baixas fontes de renda e à oferta limitada de serviços educacionais. Esta afirmação corresponde de alguma forma ao Relatório de Progresso (MINPLAN, 2005), onde se afirma que os níveis de escolaridade no país são baixos devido à baixa oferta de serviços educacionais, falta de professores e infra-estrutura, baixa qualidade dos serviços e acesso limitado aos recursos financeiros pela população.

Pelas condições dessas famílias e por terem uma fonte de renda muito baixa, além da falta de apoio do governo, acaba sendo extremamente difícil manter seus filhos na escola; uma situação que os leva a abandonar as instituições de ensino e acabar muito cedo no mercado informal e, se não tiverem sorte, na delinquência, na prostituição e no alcoolismo.

Quanto à pergunta se se consideravam pobres; apenas 5% dos entrevistados defenderam que não se sentiam pobres, pois tinham o que precisavam para viver; enquanto 95% não têm o essencial para viver com dignidade.

Embora a pobreza seja uma condição que nem todos assumem e que ser pobre varia de um contexto para outro, esta é uma situação de escassez de recursos que um indivíduo ou uma família tem para satisfazer necessidades consideradas básicas (Rodrigues et al., 2017) e comparando as necessidades de recursos, as formas e alternativas de sobrevivência dessas famílias, concluímos que todos os entrevistados (uns mais que outros) são pobres.

Em síntese, o que se pode dizer das respostas dos entrevistados é que quase todos pensam que o executivo é o principal responsável pela pobreza, pois pode causar muitos problemas, como fome, prostituição, delinquência, exclusão social e outros problemas sociais. Além disso, as famílias desfavorecidas optam por actividades que lhes permitem ganhar um bom dinheiro de tempos em tempos: venda ambulante, pedreiro, lavagem de carros e outros biscates.

O trabalho dignifica o homem e contribui para a melhoria das condições físicas, ambientais e sociais da população: porém, a falta de emprego não permite aos entrevistados uma vida digna, nem o acúmulo de capital.

CONCLUSÕES

Os resultados da entrevista realizada permitem-nos concluir que:

- As famílias da amostra são pobres e socialmente excluídas, pelo menos numa dimensão económica, social ou autodestrutiva.
- Como em muitas famílias angolanas, as mulheres e crianças das famílias entrevistadas são as que mais sofrem os efeitos da pobreza, uma vez que grande partes delas são chefiadas por mulheres, muitas delas mães solteiras; uma situação que se agrava à medida que as mulheres continuam a ser discriminadas.

- Devido às condições de vida dos moradores, a maioria dos entrevistados vive em condições de vida precárias. A maioria não tem profissão, o que pode dificultar o acesso ao mercado de trabalho, a uma vida estável e o acesso às condições sociais básicas, meio propício à reprodução da pobreza.
- Relativamente ao acesso à informação veiculada pelos meios de comunicação, quase todos os inquiridos têm dificuldades de acesso a estes serviços.
- O nível de qualidade de vida dessas famílias é determinado pela pobreza; é baixo, eles passam por várias dificuldades: financeiras, falta de água encanada, energia eléctrica, saneamento básico, etc.

LIMITAÇÕES E ESTUDOS FUTUROS

A principal limitação deste trabalho encontra-se em sua natureza descritiva; O autor pretende continuar com esta linha de investigação e desenvolver um estudo correlacional que permita determinar o impacto da pobreza na qualidade de vida das famílias do bairro Agostinho Neto com o auxílio de testes estatísticos.

RECONHECIMENTO

A autora agradece a participação dos chefes de família entrevistados, que forneceram as informações necessárias para o bom desenvolvimento da investigação.

REFERENCIAS

- Abreu, C. (2012). Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia*, (9), 93-111.
- Acosta, A. (2010). *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: Una lectura desde la Constitución de Montecristi* (Vol. 9). Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung-ILDIS.
- Amaro, R. R., Bastos, A., Monteiro, A. R., Rodrigues, I., Neves, S., Sousa, S., & Correia, T. P. (2003). A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza. *Lisboa, Bureau Internacional do Trabalho*.
- Ayala Ayala, J. P., Correa Marquinez, L. C., & Campuzano Vásquez, J. A. (2021). Indicador de pobreza por ingreso en Ecuador y el efecto Covid-19, del 2010 al 2020. *Sociedad & Tecnología*, 4(2), 248–264. <https://doi.org/10.51247/st.v4i2.108>
- Banco Mundial. (1992). La medición de la pobreza. *Comercio exterior*, 42(4), 323-325.
- Camarotti, I., & Spink, P. (2000). Parcerias e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas. In *Parcerias e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas* (pp. 149-149).
- Capucha, L. A. (2005), *Desafíos de la Pobreza*. (pp. 337-365). Oeiras: Celta Editora.
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 4(1), 1-17.
- Catry, I., Franco, A. M., Rocha, P., Alcazar, R., Reis, S., Cordeiro, A., ... & Moreira, F. (2013). Foraging habitat quality constrains effectiveness of artificial nest-site provisioning in reversing population declines in a colonial cavity nester. *PLoS One*, 8(3), e58320.

- Da Costa, B., Da Costa Domingues, P., Palma, J., & Miranda, A. (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa: Dragiva
- Da Rocha, M. (2004). Opiniões e reflexões. *Colectâneas de artigos, Conferências e Palestras Sobre Angola, África e o Mundo*. Luanda, UCAN, Centro de Estudo e Investigação Científica.
- De Carvalho, P. (2008). *Exclusão social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda*. Luanda: Kilombelombe.
- De Oliveira, S. (2012). Modos de vida da pobreza em Angola. *Revista angolana de sociologia*, (9), 125-134. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.457>
- De Sousa Santos, B. (1992). Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. *Luso-Brazilian Review*, 97-113.
- _____ (1998). Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & society*, 26(4), 461-510.
- García, A. A. (1995). La Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social. Copenhagen, 1995. *Estudios Geográficos*, 56(218), 175-178.
- Gill, T. M., & Feinstein, A. R. (1994). A critical appraisal of the quality of quality-of-life measurements. *Jama*, 272(8), 619-626.
- Guest, R. (2005), *Africa: Continent in Chains - The Past, Present and Future of Africa*. Oporto, Civilização Editora.
- INE. Instituto Nacional de Estadística (2010). Encuesta Integrada sobre el bienestar de la población, Luanda.
- _____ (2011). Encuesta Integrada sobre el bienestar de la población, Luanda.
- Luna Nemecio, J., & Blancas Reza, M. Á. (2022). Water conflicts, urbanización y marginación social en el estado de Morelos, México. *Sociedad & Tecnología*, 5(3), 577-593. <https://doi.org/10.51247/st.v5i3.266>
- Mbaya, K., Gregoire, L. J., Legros, H., & Ouedraogo, H. (2000). *Poverty Eradication: Where Stands Africa?*. London: Economica Limited.
- Merton, T. (1990). *Passion for Peace: Reflections on War and Nonviolence*. Francia: Prades
- MINPLAN, (2005), *Objetivos de Desarrollo del Milenio, Informe de Progreso*, Luanda.
- PNUD. (1999). *Huambo Development Report*. Lisboa:Trinova.
- _____ (2010). Nuestra democracia. *La Sociología en sus Escenarios*, (22).
- Ramón Pineda, M. Á., Zambrano Campoverde, J. A., & Espinoza Freire, E. E. (2016). El trabajo social desde la orientación de género, una mediación educativa. *Atenas*, 4(36).
- Rad Camayd, Y., & Namuele Guli, E. (2021). Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres. *Sociedad & Tecnología*, 5(1), 138-152. <https://doi.org/10.51247/st.v5i1.195>
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*,(9).
- Seligson, M. (1999). José Vicente Zevallos (ed.), Estrategias para reducir la pobreza en América Latina y el Caribe (Quito, Ecuador: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, PNUD, 1997), pp. xii+ 468, \$22.00 pb. *Journal of Latin American Studies*, 31(1), 191-243.

Sen, A. (1999). El futuro del Estado de Bienestar. *La factoría*, (8), 1-13.

UCAN (Universidad Católica de Angola) (2011). Centro de Estudios e Investigaciones Científicas, Informe de Angola, junio de 2011.

Vega, M. J., & García, L. H. (2005). Imaginarios de ciudadanía en niños y niñas: ¿súbditos o empoderados?. *Investigación & Desarrollo*, 13(2), 296-317.

Zambrano Campoverde, J., Ramón Pineda, M. A., & Espinoza-Freire, E. (2017). Estudio sobre el clima organizacional en docentes de la universidad Técnica de Machala. *Revista Universidad y Sociedad*, 9(2), 163-172.